





TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026
(Processo Administrativo 25/2026)

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preço para eventual aquisição de mobiliário e contratação de empresas especializadas na execução de serviços de marmoraria, marcenaria e serralheria, com fornecimento de todos os materiais necessários, destinados à confecção de peças sob medida para equipar as novas salas do curso de Medicina da Autarquia Educacional de Belo Jardim, durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste instrumento:


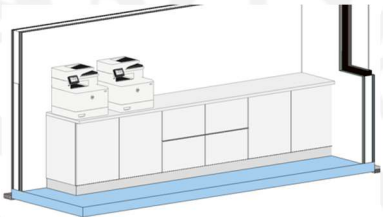

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador; e órgão(s) e entidade(s) participante(s).




TEM	ESPECIFICAÇÕES	CATMAT	UNIDADE	QTD MAX	VALOR UNT	TOTAL	IMAGEM
01	Estante em aço inoxidável. Características Mínimas: tipo 304 de alta qualidade e resistência, inclusive as prateleiras. Medidas: 2,00m x 1,00m x 0,50m, 6 prateleiras em aço inox.	445206	UND	09	R\$ 4.633,33	R\$ 41.699,97	
02	Maca Hospitalar Fixa com balcão em MDF com 3 portas e 3 GAVETAS, 5 Níveis de elevação de tronco, Estrutura reforçada, fácil higienização. MDF 15MM Antibacteriano, 1,80 cm x 60 cm x 80 - (C X L X A), Altura do estofado: 5 Cm / Apoio para cabeça 55x60/ Colchão 125x60, Densidade: D-28, Revestimento: corino cicapex premium, Capacidade de Carga Estática: 350kg, Corrediças Telescópicas, Dobradiças caneco 35mm super alta, Puxador de alumínio Gola.	363500	UND	11	R\$ 3.200,64	R\$ 35.207,04	

03	Mesa para Necropsia em aço inox. Características mínimas: Medidas: 90 x 190 x 70 cm (alt x comp x lar), estrutura fabricada totalmente em aço inox com rebaixo de 5 cm e puxador, acompanha balde de alumínio para escoamento de líquido e pés com rodízios (freios em diagonal).	422646	UND	20	R\$ 3.705,63	R\$ 74.112,60	
04	Conjunto Sextavado com Mesa modular trapezoidal. Características mínimas: com pés fixos ou com rodízios, permitindo formar conjunto circular ou sextavado com 6 mesas e 1 mesa central sextavada. Estrutura em aço carbono com pintura eletrostática, porta-livros metálico inferior. Tampo em MDF até 15 mm (72 x 52 cm) com revestimento melamínico e bordas em PVC. Dimensões totais: 79 x 52 cm. Altura: 76 cm. Base na cor cinza e tampo na cor branca. O conjunto é composto por 6 mesas e 1 mesa central sextavada, com 6 tomadas 2P+T (10A/250V) tipo torre embutida ou caixa embutida, capacidade de carga total 1200W e cabo de alimentação de 4 m.	320712	CJT	18	R\$ 5.341,01	R\$ 96.138,18	
GRUPO 01 – MARCENARIA E SERRALHARIA							

05	Estante expositora , estrutura tubular em aço com pintura eletrostática, medindo: 1,80m x 1,80m x 0,30m, 5 prateleiras em MDF de 15mm, com reforço em aço nas laterais. Medida das prateleiras: 1,80m x 0,30m com intervalos de 0,40m entre as prateleiras.	16551	UND	09	R\$ 3.148,54	R\$ 28.336,86	
06	Mesas em MDF 25mm . Medidas: 1,20m x 0,60m x 0,75m. A cor será definida no momento da solicitação, podendo ser branco ou cinza claro.	16551	UND	22	R\$ 1.498,60	R\$ 32.969,13	
07	Mesas em MDF 25mm . Medidas: 1,00m x 0,60m x 0,75m, Com divisória entre as mesas medindo 1,00m x 0,80m. A cor será definida no momento da solicitação, podendo ser branco ou cinza claro.	16551	UND	06	R\$ 1.110,82	R\$ 6.664,94	
08	Armário multiuso antibacteriano em MDF 15mm , com 2 portas e 3 prateleiras. Medidas: 1,90m x 0,80m x 0,65. As portas devem conter fechadura e puxadores. A cor será definida no momento da solicitação, podendo ser branco ou cinza claro	16551	UND	16	R\$ 1.836,52	R\$ 29.384,32	

09	Armário multiuso antibacteriano em MDF 15mm , com 4 gavetões e 4 portas com prateleira interna. Medidas: 3.30 x 0,60 x 0,90 (CxLxA). Gavetas com Corrediças Telescópicas, portas com Dobradiças caneco com amortecedores e Puxador de alumínio Gola. Granito existente, conferir in loco. A cor será definida no momento da solicitação, podendo ser branco ou cinza claro	16551	UND	04	R\$ 4.597,95	R\$ 18.391,81	
10	Armário multiuso antibacteriano em MDF 15mm , com 4 gavetões e 4 portas com prateleira interna. Medidas: 3.66 x 0,60 x 0,90 (CxLxA) Gavetas com Corrediças Telescópicas, portas com Dobradiças caneco com amortecedores e Puxador de alumínio Gola. Granito existente, conferir in loco. A cor será definida no momento da solicitação, podendo ser branco ou cinza claro	16551	UND	01	R\$ 5.071,04	R\$ 5.071,04	
11	Armário multiuso antibacteriano em MDF 15mm , com 4 gavetões e 4 portas com prateleira interna. Medidas: 3.10 x 0,60 x 0,90 (CxLxA) Gavetas com Corrediças Telescópicas, portas com Dobradiças caneco com amortecedores e Puxador de alumínio Gola. Granito existente, conferir in loco. A cor será definida no momento da solicitação, podendo ser branco ou cinza claro	16551	UND	01	R\$ 4.125,75	R\$ 4.125,75	

12	Armário multiuso antibacteriano em MDF 15mm , com 4 gavetões e 4 portas com prateleira interna. Medidas: 4.00 x 0,60 x 0,90 (CxLxA) Gavetas com Corrediças Telescópicas, portas com Dobradiças caneco com amortecedores e Puxador de alumínio Gola. Granito existente, conferir in loco. A cor será definida no momento da solicitação, podendo ser branco ou cinza claro	16551	UND	03	R\$ 4.902,45	R\$ 14.707,36	
13	Balcão multiuso antibacteriano em MDF 15mm e tampo de 25mm com 4 gavetões para pastas suspensas e 4 portas com prateleira interna. Medidas: 3.27 x 0,55 x 0,75 (CxLxA). Gavetas com Corrediças Telescópicas, portas com Dobradiças caneco com amortecedores e Puxador de alumínio Gola. A cor será definida no momento da solicitação, podendo ser branco ou cinza claro	16551	UND	01	R\$ 3.965,25	R\$ 3.965,25	
14	Bancada em MDF 15mm, com tampo de granito 20mm. A bancada é dividida em 3 módulos, cada módulo possui 3 tampos de granito cinza polido, totalizando 4,20 x 1,40m. A bancada possui 3 conjuntos de tomadas (2P+T (10A/250V) embutidas no tampo, padrão brasileiro. Medidas de cada módulo da bancada: 1,40 x 0,76 x 0,90m, totalizando 4,20 x 0,76 x 0,90, prateleiras e 6 portas de correr. A cor será definida no momento da solicitação, podendo ser branco ou cinza claro	16551	UND	06	R\$ 4.964,53	R\$ 29.787,16	

15	Armário multiuso antibacteriano em MDF 15mm , com 2 portas e prateleiras, medidas: 0,70m x 0,70m x 0,90m. A cor será definida no momento da solicitação, podendo ser branco ou cinza claro.	16551	UND	16	R\$ 718,71	R\$ 11.499,31	
GRUPO 02 – GRANITO E SERRALHARIA							
16	Bancada para PNE em granito e serralharia com as seguintes características: Tampo em granito cinza polido de 20mm, medindo: 1,35m x 0,80m, estrutura tubular em aço, pintura eletrostática e rodízios com trava, medida da estrutura em aço: 1,09 x 0,60	22322	UND	06	R\$ 1.673,33	R\$ 10.040,00	
17	Bancada em granito e serralharia , com bordas, cuba em inox, com as seguintes medidas: bancada com 2,70m x 0,70m; Estrutura tubular em aço com pintura eletrostática medindo: 2,70m x 0,70m x 0,95m, com perfuração para bico de bunsen embutido.	22322	UND	16	R\$ 3.828,39	R\$ 61.254,24	
VALOR TOTAL: R\$ 503.355,04							

- 1.2 Os bens e serviços, objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4 O prazo de vigência da eventual contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1 Para fins de comprovação, o licitante arrematante do item 2 e grupo 1, deverá apresentar, no momento da habilitação ou quando solicitado pela Administração, documentação que comprove a conformidade dos materiais ofertados, mediante a apresentação de, no mínimo, um dos seguintes documentos:
 - 4.1.1 Atestado de Qualificação válido no âmbito do Programa Setorial da Qualidade de Painéis de Madeira MDF e MDP (PSQ/PBQP-H), em nome do fabricante dos painéis;
 - 4.1.2 Declaração formal do fabricante dos painéis atestando que os produtos atendem às normas técnicas acima mencionadas;
 - 4.1.3 Relatórios de ensaio emitidos por laboratório reconhecido, que comprovem as propriedades físicas e mecânicas dos painéis;
- 4.2 Os documentos apresentados deverão estar válidos na data da sessão pública e corresponder ao fabricante do material ofertado.
- 4.3 A Autarquia Educacional de Belo Jardim poderá, a qualquer tempo, realizar diligências para verificação da conformidade dos produtos, inclusive mediante solicitação de amostras, catálogos técnicos ou documentos complementares, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 4.4 O não atendimento às exigências estabelecidas nesta cláusula poderá implicar na desclassificação da proposta ou na aplicação das sanções cabíveis.
- 4.5 Considerando a destinação dos móveis ao curso de medicina, será exigido que os materiais apresentem adequada resistência mecânica, estabilidade dimensional e condições de uso em ambientes de uso intensivo, garantindo segurança, durabilidade e desempenho.
- 4.6 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Subcontratação

- 4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

- 4.2. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*
- 4.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. Levando em consideração o tempo de entrega das instalações do curso de medicina, o prazo para entrega dos itens 1, 2, 3 e 4 serão de 20 (vinte) dias e o prazo para entrega dos móveis planejados, incluindo sua montagem será de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.
- 5.2. A entrega dos itens e execução dos serviços deverão ocorrer no seguinte endereço: Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB, situado na Rodovia PE 166, KM 05 – Sítio Inhumas, Belo Jardim - PE, em dias com expediente, de segunda-feira a sexta-feira, das 07:30 horas às 13:30 horas.
- 5.3. A empresa vencedora dos grupos 01 e 02 deverá, para fins de execução contratual, apresentar cronograma de execução dos serviços no momento da habilitação das empresas, de modo a garantir a adequada prestação dos serviços dentro dos prazos.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.4. *O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano

complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

- 6.7.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 22, VI);
- 6.7.1.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 22, II](#));
- 6.7.2.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 22, III](#));
- 6.7.3.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 22, IV](#)).
- 6.7.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 22, V](#)).
- 6.7.5.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

- 6.8.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto Municipal nº 5, de 2023).
- 6.8.1.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

- 6.9.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da

necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 21, IV).

- 6.10.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 21, II).
- 6.11.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 21, III).
- 6.12.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 21, VIII).
- 6.13.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 21, X).
- 6.14.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 21, VI).
- 6.15.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4.** Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 (três) dias úteis.

- 7.5.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.6.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.7.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.8.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 7.9.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 7.9.1.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.10.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.10.1.** o prazo de validade;
 - 7.10.2.** a data da emissão;
 - 7.10.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.10.4.** o período respectivo de execução do contrato;
 - 7.10.5.** o valor a pagar; e
 - 7.10.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.11.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.12.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.13.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.14.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis,

regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

- 7.15.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.16.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.17.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 7.18.** O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
- 7.19.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.
- 7.20.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.21.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.22.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.22.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.23.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

- 8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

- 8.2.** O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

- 8.3.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.4. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.5. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.6. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.9. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.11. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 8.12. Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).
- 8.13. Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.14.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.15.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.16.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos

à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital e Municipal/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.20. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- 8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 8.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 1% do valor total estimado da parcela pertinente.
- 8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.29. Capital social e/ou Patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) em relação ao valor estimado da contratação para o lote arrematado;

Qualificação Técnica

8.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31. Referente ao grupo 1 e 2, para fins do que trata o subitem anterior os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas;

8.31.1. Mínimo de 20% (vinte por cento), do quantitativo da respectiva contratação;

8.32. Não serão admitidos somatórios de atestados tendo em vista agrupamento dos itens para fornecimento.

8.33. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.33.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.33.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.33.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.33.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.33.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.33.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é o estabelecido no item 1, conforme custos unitários apostos na tabela.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de

fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- 9.2.1.** em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.2.2.** em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 9.2.3.** serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 9.2.4.** poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral.

UNIDADE GESTORA	ÓRGÃO ORÇAMENTARIO	UND ORÇAMENTARIA	FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	AÇÃO	DESPESA
18004	25000	25001	12-364	65	1.182	81 4.4.90.52.00

Belo Jardim-PE, na data da assinatura eletrônica.

LINDHIANE COSTA DE FARIAS
Diretora - Acadêmica da FBJ

ANTONIO HENRIQUE HABIB CARVALHO
Diretor – Presidente da AEB